

Policiais civis ameaçam entrar em greve

Aumenta a pressão dos servidores do Governo do Distrito Federal por mais dinheiro. Ainda sob o desgaste de 38 dias da greve dos professores, que reivindicam reajuste salarial, o governador Cristovam Buarque e sua equipe começam a sofrer com a ameaça de boicote ao trabalho por parte dos policiais civis.

A partir de quinta-feira próxima, há risco de mais motivos para a população reclamar por falta de segurança. Na manhã de ontem, cerca de 500 policiais aprovaram o indicativo de greve por tempo indeterminado. Outra assembléia, está marcada para o dia anterior, 3, para confirmar a recusa da categoria em trabalhar a partir das 0h da madrugada seguinte.

A justificativa, a mesma de todo movimento grevista, é a falta de negociações. "Não pedimos aumento, queremos os direitos que não recebemos", justifica a secretária-geral do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol-DF), Joana Isackson. Os quatro itens da pauta de reivindicações de março passado, a última greve, foram repetidos tal e qual estão no documento de dois meses atrás, quando foi firmado acordo para acabar com a paralisação que durou nove dias.

"É tudo que não foi cumprido", explica a sindicalista. Os policiais civis pedem o pagamento da Gratificação por Operações Especiais (GOE), isonomia interna para ben-

eficiar os concursados aprovados depois de 1996, e o pagamento do auxílio-alimentação retroativo a 1996 e do adicional de trabalho noturno, suspenso entre 1992 e 1995.

Parar ainda é uma intenção, mas já está no papel. O movimento coordenado Sinpol-DF, sindicato com cerca de 4,3 mil associados, tem pronta uma cartilha de greve que prevê o atendimento da determinação constitucional de que 30% da categoria — considerada essencial ao bem-estar da população — continue trabalhando.

Caso a assembléia do próximo dia 3 decida pela paralisação, o documento vai orientar o procedimento dos grevistas. Ele determina que os policiais só realizem flagrantes de réus presos e registros de ocorrências de crimes hediondos. Os presos vão ficar impedidos de ter banhos de sol e de receberem visitas — em março houve rebelião na Papuda por causa disso. As investigações ficam impedidas nas 35 delegacias do Distrito Federal.

Os funcionários do Instituto Médico Legal vão remover e liberar corpos para enterros, mas nenhuma perícia em vítima viva estará permitida. O serviço burocrático com prazo vencendo vai poder ser encaminhado, mas é exceção. A cartilha recomenda aos policiais civis que permaneçam nos seus locais de trabalho durante os dias de greve sem assinarem as folhas de ponto.

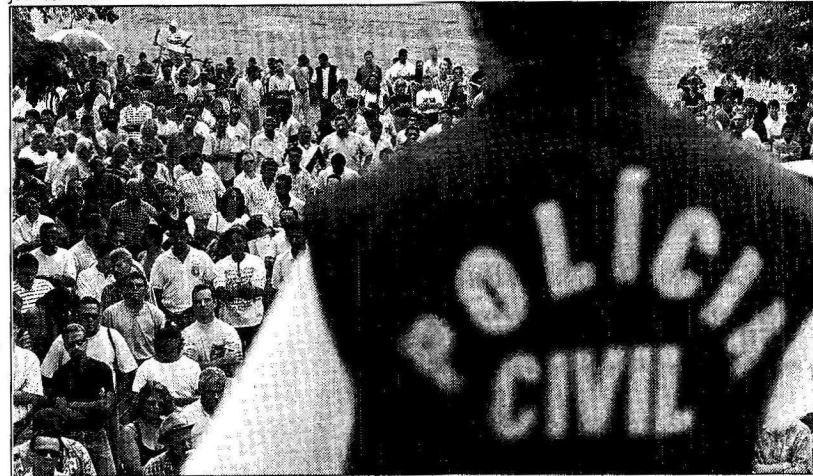
"Nós entendemos que o nosso movimento mexe com vidas humanas, também fazemos parte da população que é prejudicada, mas tentamos negociar e não houve proposta", diz Joana, que é mãe de três filhos com idade entre 10 e 16 anos, todos matriculados na rede pública de ensino. "Estou sentindo na pele o que é isso e não acho justo o povo sofrer por causa de uma briga política entre o governo local e o federal."

Os servidores públicos das áreas da educação e segurança são pagos com verbas federais repassadas ao Distrito Federal. "Falta o governador Cristovam ir ao Palácio do Planalto, usar sua legitimidade ganha nas urnas, exigir o recurso e fazer valer a constituição", reclama a secretária-geral do Sinpol.

Na tarde de ontem, o secretário da Segurança, Roberto Aguiar, o diretor-geral da Polícia Civil, Teodoro Rodrigues, e o secretário-adjunto da Administração, Marcio Baiocchi, estiveram reunidos desde as 16h30 com os representantes dos policiais civis. Até o fechamento desta edição as conversas continuavam e os três não puderam atender a reportagem do **Correio**.

Essa é a terceira vez, durante o atual governo, que a categoria fica mobilizada e pára em nome de reivindicações. Em janeiro de 1996, por causa do atraso no pagamento, houve greve de um dia. Depois, em março passado, para forçar as negociações de uma pauta com 12 itens, mais outra greve.

Joedison Alves



O indicativo de greve foi aprovado por 500 policiais civis em assembléia

MEMÓRIA

PARALISAÇÃO SERÁ A SEGUNDA SÓ ESTE ANO

A última greve de agentes da Polícia Civil começou em 17 de março deste ano e terminou nove dias depois. Apesar de curto, o tempo de duração da paralisação foi mais que suficiente para causar verdadeira celeuma no já desgastado sistema de segurança pública.

Nas delegacias, os poucos agentes, que por força da legislação

continuaram de serviço, registraram apenas casos mais graves como homicídios, roubos e latrocínios. Quartéis da PM, por exemplo, se transformaram em delegacias improvisadas.

Os policiais terminaram a greve depois que o governo reconheceu as reivindicações da categoria, se comprometendo a reduzir de 12% para 6% o desconto previdenciário e a encaminhar ao governo federal, no prazo de cinco dias úteis, o pedido de recursos necessários para o pagamento da Gratificação por Operações Especiais (GOE).